



Anais da Assembléia

Nº 045

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 10 DE MAIO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arelindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 06:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nenson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Placentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João F Falavinha Iensen; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 07:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Lourenço Fregoneze - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania

(*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

Ato da Presidência:

RESOLUÇÃO N° 004/93

DATA: 28 de abril de 1993

SÚMULA: Aprova as Contas da Aplicação de Dotações de Subvenção Social dos Senhores Deputados, referentes ao Exercício de 1992.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

ARTIGO ÚNICO - São aprovadas as contas da aplicação de Dotação de Subvenção Social dos Senhores Deputados, referentes ao exercício de 1992, regulamentada pela Resolução n° 55/83 de 03 de outubro de 1983 conforme Ofício n° 01/CEAS/93 de 15 de fevereiro de 1993, protocolo n° 942/93.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 28.04.93.

(a) ORLANDO PESSUTI
Presidente

**3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 41.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 1993**

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Heinz Herwig, secretariada pelos Senhores Deputados Djalma de Almeida César e Luiz Carlos Zuk.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cezar Silvestri, Arlindo Troian, Dalton Machuca e Élio Rusch (04). Achando-se em licença o Senhor Deputado: Lourenço Fregonese (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Sob a

proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o n° ATCC 3853/93, do Senhor Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, encaminhando resposta de pedido de informações, solicitadas ao Senhor Governador do Estado, pelo nobre Deputado Luiz Carlos Martins, sobre "apresentações teatrais oferecidas às crianças e estatística de 1991". Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o n° ATCC 3900/93, do Senhor Mauro Rocha, Chefe da Casa Civil substituto, em resposta a pedido de informações, solicitada a Secretaria de Estado da Cultura, pelo nobre Deputado Florisvaldo Fier, sobre "Centro Cultural Teatro Guaíra". Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o n° DTL/SAT/44/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado o Projeto de Lei n°:

055/93: De autoria do Deputado Orlando Pessuti que, concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Carlos Pereira Paschoal, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.267. Anote-se - Arquite-se.

OFÍCIO N° 18/93.

Senhor Presidente.

Tem este a finalidade de comunicar a Vossa Excelência e aos nobres parlamentares dessa Casa de Leis, que estarei ausente à sessão legislativa do dia 10 de maio do corrente ano, por necessidade de permanecer em Maringá, a saber 1º) Participação nos festejos do 46º aniversário de Maringá - 2º) Recepcionar o Excelentíssimo Governador, Roberto Requião e também o Excelentíssimo Ministro da Indústria, Comércio e Turismo, José Andrade Vieira.

Por essas razões peço justificar minha falta à sessão legislativa desse dia.

Sem outro particular, apresento a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 10.05.93

(a) JOSÉ ALVES

Requerimentos:

Curitiba, segunda, em 10.05.93

REQUERIMENTO N° 1141

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 10.05.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1157

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem, pelo mesmo, expor e ao final, REQUERER o que se segue:

Pedir a retirada da Ordem do Dia por 3 sessões, o Projeto de Lei n° 026/92.

Sala das Sessões, em 10.05.93

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 1158

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, vêm, pelo mesmo, expor e ao final, REQUEREREM o que se segue:

Pedir a retirada da Ordem do Dia por 10 sessões, o Projeto de Lei n° 039/93.

Sala das Sessões, em 10.05.93

(aa) RENATO ADUR

TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1129

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata da presente sessão, votos de pesar, pelo passamento da Senhora Tereza Fernandes Fagundes, ocorrido nesta Capital, no dia 06 de maio corrente.

Deixa viúvo o Senhor Berlin José Alves Fagundes, e os seguintes filhos: Lucia Helena Fagundes de Oliveira, Vitória Inês Fagundes Costa Lima, Joaquim Sérgio Fernandes Fagundes e Marilisa Fagundes Cunha. Deixa ainda: três genros, uma nora, doze netos e dois bisnetos.

Trata-se de pessoa muito querida pelos familiares e em sua comunidade, que recebeu ampla manifestação de sentimentos em decorrência de seu passamento.

Em momento tão difícil, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família, endereçando votos de pesar para o seguinte endereço: Rua Lamenha Lins, n° 305, apartamento 52, Curitiba (PR).

Sala das Sessões, em 10.05.93

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1149

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Eli de Miranda, ocorrido em 06.05.93, no Município de Paula Freitas.

Sala das Sessões, em 10.05.93

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, no último dia 06 de maio, o Senhor Eli de Miranda, que era membro de tradicional família da região de Paula Freitas, onde era pecuarista e agricultor.

O extinto, que contava 66 anos, deixa viúva Dona Joana, 11 filhos, entre eles, o Vereador João Ari de Miranda, do Município de Mallet, 26 netos e um bisneto.

O passamento de Eli de Miranda veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Eli.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor, que abalou a família Miranda, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1154

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja consignado voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Geraldo Maccari, e que seja dado conhecimento desta proposição à Câmara Municipal de Chopinzinho, na pessoa do Vereador Sabino Zanotto.

Sala das Sessões, em 10.05.93

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Chopinzinho sofreu uma grande perda com o passamento do Senhor Geraldo Maccari, agricultor, líder comunitário e pessoa muito querida no seio da aquela sociedade, onde fez um sem-número de amigos, e por cujo município sempre se empenhou visando o seu desenvolvimento.

progresso, razão porque se faz justa esta homenagem que hoje lhe prestamos em forma da presente proposição.

REQUERIMENTO N° 1130

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata da presente sessão, votos de congratulações e cumprimentos pela passagem do 46° aniversário do Município de Maringá, expressões essas que atribui às pessoas do Excelentíssimo Senhor Said Felício Ferreira, Digníssimo Prefeito Municipal, ao Ilustríssimo Senhor Mário Marçal Hossokawa, Mui Digno vice-Prefeito, a Excelentíssima Senhora Doutora Dulce Maria S. Cecconi, Digníssima Diretora do Fórum, ao Excelentíssimo Senhor Vereador Nereu Vidal Cezar, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal, ao Ilustríssimo Senhor Vereador Nilton Tuller, Mui Digno vice-Presidente da Câmara, ao Ilustríssimo Senhor Vereador Antônio Carlos Pupulin, Mui Digno Primeiro Secretário, ao Ilustríssimo Senhor Vereador Fernando de Campos Barros Júnior, Mui Digno Segundo Secretário, e demais ilustres Vereadores, integrantes daquela colenda Casa: Almeri Pedro de Carvalho, Belino Bravin Filho, Antonio Preto Orelhinha Leal da Silva, Cesar Antonio Gualberto, Edith Dias de Carvalho, Emerson José Nerone, Francisco Chico Coutinho Neto, João Alvares Correia, José Carlos Valêncio, Kunihiro Nitta, Manoel Batista da Silva Junior, Oscar Batista de Oliveira, Ricardo Aparecido Maia Kotsifas, Serafina Martins Carrilho, Umberto Crispin de Araújo, Valdir Pignata e Victor Manoel Hoffmeister.

Da decisão do Plenário, Requer, ainda, seja dada ciência àquelas autoridades.

Sala das Sessões, em 10.05.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Ensejando o significativo acontecimento do dia 10 de maio de 1993, que marca o 46° aniversário da cidade de Maringá, não poderia, este Parlamentar, deixar de registrar nesta Casa algumas palavras sobre a história desse jovem Município que desfruta de tantas belezas, conforto, benefícios e qualidade de vida.

Vale ressaltar que o dia 10 de maio de 1947 foi o início de seu existir como distrito de Mandaguari e que somente 4 anos depois é que Maringá foi elevada à categoria de Município.

Situada no norte do Estado, numa altitude de 555 metros, Maringá tem um notável planejamento urbanístico, e, suas praças, avenidas e ruas merecem destaque especial, funcionando como verdadeiros pulmões verdes da cidade.

A diversificação da produção agrícola local e regional é responsável pelas condições básicas do seu desenvolvimento industrial, de serviços e pecuária, o que fez com que fosse reconhecida como uma das cidades mais progressistas e importantes do Brasil.

Nela habitam brasileiros de todos os Estados e imigrantes de muitas nações, todos orgulhosos de serem maringenses de coração e adoção.

A "Cidade Canção" cresce em ritmo acelerado e se forma como polo produtor e gerador de empregos, serviços e riquezas. Irradia formação por sua Universidade, Escolas Primárias, Médias e Superiores, bem como pelas Escolas Profissionalizantes.

Maringá se projeta atualmente como a Cidade das Indústrias, sendo a cidade o maior centro atacadista, depois de São Paulo. E, não podemos esquecer o surgimento de vários fatores seguros e fortes de produção rendosa, como a fruticultura regional, criação de pequenos, médios e grandes animais em granjas e sítios modelares, a piscicultura, os cinturões verdes e as estufas, além do café irrigado e no sistema adensado, como também as leiteiras e o aprimoramento genético de raças e espécies, sem falar nos produtos conhecidos, como seja, soja, trigo, milho, algodão, feijão, amendoim e outros.

Maringá caminha segura na rota do progresso verdadeiro. Parabéns Maringá!

REQUERIMENTO N° 1137

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que após ouvido o Plenário o envio de expediente ao município de Maringá, votos de congratulações pela passagem de seu 46° aniversário de sua emancipação.

Sala das Sessões, em 10.05.93.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1146

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, a consignação em Ata de VOTOS DE CONGRATULAÇÕES, pela nomeação e posse dos membros do Conselho Municipal de Saúde, do município de Cafezal do Sul, composto por figuras representativas da comunidade local.

Sala das Sessões, em 10.05.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A constituição de Conselhos Municipais além de exigência constitucional passa a ser uma demonstração de desprendimento e espírito democrático do administrador, pois, neste procedimento procura ouvir e ponderar as sugestões e as propostas

oriundas de um seleto grupo de munícipes. Cafezal do Sul, através de seu Prefeito, Moisés Mendes, nomeia com muita honraria os ilustres senhores:

- Shizuo Takada;
- Marcos Ivan Aparecido Canova;
- Rosilda Meira;
- Hideki Nonose;
- Dorcas Moreira Takada;
- Francisco Ferreira do Carmo;
- Antonio Vicente do Carmo;
- Luiza Setsuko Misawa da Silva;
- Mario Rodrigues da Silva;
- Oswaldo Candido;
- Alisio Saveli;
- Jorge Amatuzei;
- Newton Ricardo de Oliveira.

REQUERIMENTO N° 1153

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado VOTOS DE CONGRATULAÇÕES ao Exmo. Sr. Nelson Theodoro Fenker, prefeito do município, e Exmo. Sr. João Orestes Fenker, Presidente da Câmara, pela passagem de mais um aniversário daquele progressista município de IMBITUVA.

Sala das Sessões, em 10.05.93.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

O município de Imbituva foi criado em 03 de maio de 1870, completando, portanto, seus 123 anos.

A conquista da extensa região conhecida pela denominação de Campos Gerais é obra de diversas expedições ou bandeiras, e foi levada a efeito num trabalho de muitos anos.

Dentre as diversas expedições enviadas aos Campos Gerais e aos Campos de Guarapuava, com o objetivo de promover o seu povoamento, cumpre citar a que foi comandada por Diogo Pinto de Azevedo Portugal que, em 1809, rasgando 18 léguas de sertão, rumou ao ocidente, devassou o território que hoje constitui o município de Imbituva e conquistou, seguido por Rocha Loures, os Campos de Guarapuava para a civilização.

A nova povoação não tardou a sofrer a influência de colonos alemães, poloneses e russos, que deram notável contribuição ao seu progresso e desenvolvimento. Aproximadamente em 1870 chegaram ali as primeiras famílias alemãs, procedentes de Santa Catarina. Dos núcleos coloniais paranaenses de Taquari e Quero-Quero também ali surgiram alguns alemães do Volga. As primeiras famílias prepararam o caminho para o estabelecimento de outras. Os colonos alemães que ali chegaram fixaram residências na direção da estrada que mais tarde ligaria Imbituva a Guarapuava, Ribeira, Mato Bran-

co e Maria Brava.

Ao todo eram 50 famílias, mais ou menos em 1909 foi fundada a colônia do Cedro, com o total de 28 de famílias alemãs. Também os italianos, em 1896, adquiriram terras em Cupim e iniciaram a fundação de uma colônia.

O povoamento da localidade teve início em 1871. Dez anos depois, em virtude da Lei n° 651, de 26 de março de 1881, a povoação de Cupim foi elevada à categoria de vila com a denominação de Santo Antônio de Imbituva, perdendo assim, sua antiga denominação.

Pela Lei n° 938, de 2 de abril de 1910, Imbituva recebeu foros de cidade sendo elevada à comarca de segunda entrância. O seu território pertencia ao município de Ponta Grossa, abrangendo inicialmente a área que hoje forma os municípios de Irati e Prudentópolis.

IMBITUVA E SUA REALIDADE ATUAL

É comarca de segunda entrância, composta de três distritos judiciais: Imbituva, Apiaba e Guamiranga.

A erva-mate e argila para cerâmica são as riquezas naturais de maior evidência na comunidade.

Na agricultura reside a atividade fundamental à economia do município, secundada pelas indústrias extrativa, pecuária e têxtil. A indústria tem marcado sua presença de forma decisiva no progresso do município que encontra receptividade do laborioso povo imbituvense.

O Município encontra-se com sua economia saneada, num perfeito equilíbrio entre a área urbana e rural fruto de administração séria, competente e voltada à coletividade.

Possui, atualmente, cerca de 150 maltharias, proporcionando mais de 700 empregos diretos.

Uma indústria do município dedica-se à extração do "carvonite" de valor inestimável para a medicina e a ciência, sendo uma das poucas na América do Sul.

Existem funcionando normalmente no Município dezenas de estabelecimentos comerciais varejistas que mantêm intercâmbio de mercadorias importadas e exportadas com as principais cidades do Estado do Paraná e São Paulo; assim como estabelecimentos bancários.

No transporte o Município está dotado de estradas de rodagem, inclusive a BR-35, que cortam de um extremo ao outro. O Município dista de 198 Km. da Capital do Estado.

Na assistência médico-hospitalar a população conta com serviços profissionais de médicos, dentistas e farmacêuticos. Possui postos de puericultura e higiene que prestam assistência médica em geral.

Na área educacional o Município está servido por 65 escolas de ensino primário fundamental, entre as zonas rural e urbana, e 02 escolas secundárias; além de Biblioteca Pública Municipal.

No aspecto religioso, todo o município se irmana no período de 1º a 13 de junho, a fim de comemorar a festa de seu padroeiro, Santo Antônio, constando de uma trezeana, missa solene e procissão, quermesses, barraquinhas e leilões, tudo decorrendo em meio ao mais vivo entusiasmo de fé e animação.

Imbituva conta atualmente com uma população acima de 26 mil habitantes e seu eleitorado acima de 16 mil eleitores.

O governo municipal está assim representado: Prefeito - Sr. Nelson Theodoro Fenker; Vice-Prefeito - Sr. Lourenço Moleta; Presidente da Câmara - João Orestes Fenker; Vereadores - Srs. Silvio José Moleta, José Alberto Tessari, Antonio Moleta Sobrinho; Ivo Raggunetti, Antonio C. Lemos, Alberto C. Morimoto, Gabriel Pontarollo, José Antonio Pontarollo, Angelo Machado e Joaquim de Almeida.

PARABÉNS IMBITUVA !!!

REQUERIMENTO N° 1147

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja aprovada a data de 26 de junho de 1993, às 15:00 horas, na Rua Brigadeiro Franco n° 4.173, nesta Capital, no auditório da Grande Loja Maçônica do Paraná, a entrega do título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Dr. Adolfo Bley, conforme Lei n° 10.141 de 20 de novembro de 1992. Pedimos que a Mesa Executiva determine as providências de praxe necessárias à solenidade.

Sala das Sessões, em 10.05.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1155

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Desembargador Ronald Accioly, Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, solicitando as medidas necessárias visando a conclusão do Fórum da Comarca de Guaraniaçu.

Sala das Sessões, em 10.05.93

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O prédio que abrigará o novo fórum da Comarca de Guaraniaçu, já conta com aproximadamente 80% da obra executada, e dado o longo período que se encontra paralisada, com a ação do tempo vem se deteriorando causando sérios prejuízos à justiça,

deixando de atender aos usuários que tanto necessitam de um local mais amplo, oferecendo também melhores condições de trabalho aos serventuários da justiça.

Torna-se assim, imperioso o empenho do Tribunal de Justiça para que no menor espaço de tempo possível essa importante obra seja entregue ao povo.

REQUERIMENTO N° 1156

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Desembargador Ronald Accioly, Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, solicitando a elevação da Comarca de Guaraniaçu à entrância intermediária.

Sala das Sessões, em 10.05.93

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma antiga reivindicação, que há muito tempo vem sendo formulada, em face do grande volume de processos que tramitam naquele fórum, que tem sua jurisdição em Campo Bonito, Diamante do Sul e Guaraniaçu.

Além desse fato, há dificuldades na permanência de Juízes na Comarca, pois muitos dos designados para atendê-la, rejeitam a sua transferência diante das dificuldades que encontram para desenvolver um trabalho zeloso.

Com a sua elevação à Entrância Intermediária, haverá maior celeridade na tramitação dos feitos, atendendo dessa forma satisfatoriamente os municípios que fazem parte da sua jurisdição.

REQUERIMENTO 1131

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de que atenda o pedido feito pelos moradores da Rua Cascavel, localizada na Vila Pernetá, os quais solicitam que o caminhão de lixo volte a passar nesta rua, de preferência em toda a vila. Afirmam que com a suspensão deste serviço público, todos os moradores vêm sofrendo transtornos, uma vez que nem todos possuem um lugar adequado para se desfazer do lixo.

Sala das Sessões, em 10.05.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

REQUERIMENTO N° 1132

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que

seja enviado expediente ao Senhor Governador do Estado, no sentido de instruir a COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ quanto ao conserto da calçada em frente ao n° 438 da Rua João Alencar Guimarães, no bairro de Santa Quitéria. O pedido prende-se ao fato de que a SANEPAR, ao realizar serviços na rede de esgotos da citada rua, abriu buracos na calçada e não retornou para o devido conserto. Pede-se urgência nos reparos uma vez que sérios transtornos estão sendo causados aos moradores em frente ao n° 438.

Sala das Sessões, em 10.05.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

REQUERIMENTO N° 1139

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Educação, Professor Elias Abrahão, solicitando ônibus e veículos, para estudantes do município de Tibagi.

O município de Tibagi, com uma área de 3673 Km², um Município essencialmente agrícola, com uma população aproximadamente de 25.000 habitantes, dos quais na sua maioria reside no quadro rural.

Sendo assim, o Município se obriga a colocar vários veículos à disposição do transporte escolar, inclusive com horários intercalados, visto que o número de estudantes que se desloca do campo para a cidade é grande.

Desta forma, a Prefeitura não vem conseguindo atender a demanda, e por isso, necessita deste recurso através da Secretaria de Educação, para dar continuidade no setor de transporte escolar.

Sala das Sessões, em 10.05.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1140

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Educação, Professor Elias Abrahão, solicitando ônibus e veículos, para estudantes do município de Pirai do Sul.

O município de Pirai do Sul, com uma área de 1437 Km², um Município essencialmente agrícola, com uma população aproximadamente de 25.000 habitantes, dos quais na sua maioria reside no quadro rural.

Sendo assim, o Município se obriga a colocar vários veículos à disposição do transporte escolar, inclusive com horários intercalados, visto que o número de estudantes que se desloca do campo para a cidade é grande.

Desta forma, a Prefeitura não vem con-

seguindo atender a demanda, e por isso, necessita deste recurso através da Secretaria de Educação, para dar continuidade no setor de transporte escolar.

Sala das Sessões, em 10.05.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1142

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Doutor Mário Pereira, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja determinado ao Departamento de Estradas e Rodagem - DER, a construção de uma ponte sobre o Corrego Figueira ligando Figueira a Primavera, em Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 10.05.93.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 1143

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Doutor Mário Pereira, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja determinado ao Departamento de Estradas e Rodagem - DER, a construção de uma ponte sobre o Corrego Jumarim ligando a Comunidade Estrada Cinco à Santa Luzia, em Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 10.05.93

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 1144

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Doutor Mário Pereira, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja determinado ao Departamento de Estradas e Rodagem - DER, a construção de uma ponte sobre o rio Mourão, na estrada Leão, em Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 10.05.93.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 1145

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, digníssimo Governador do Estado, no sentido de que seja determinado a liberação para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, os recursos destinados pela Lei n° 10.195, de

15.12.92, constantes no art. 16, Cr\$ 250.000.000.000,00 (Duzentos e cinquenta bilhões de cruzeiros) e os do cod. 4286.07381811.059, Cr\$ 15.566.000.000,00 (Quinze bilhões, quinhentos e sessenta e seis milhões de cruzeiros) em valores de dezembro de 1992.

Sala das Sessões, em 10.05.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Aprovado em 15 de dezembro de 1992, publicado em Diário Oficial, em 28.12.92, a Lei n° 10.195, -Orçamento do Estado, previu em seu art. 16 e no orçamento da FAMEPAR, recursos para propiciar apoio aos novos municípios (em número de 48) condições de promover a infra-estrutura mínima necessária para subestabelecerem.

O art. 16 preconiza "Fica o Poder Executivo autorizado a destinar para o apoio aos novos municípios importância até o montante de Cr\$ 250.000.000.000,00 (duzentos e cinquenta bilhões de cruzeiros) obedecendo a sua distribuição ao critério populacional".

Enquanto no orçamento da FAMEPAR - Instituto de Assistência aos Municípios, no código especificado, no Programa "Apoio a Implantação de Municípios", estão destinados recursos aos municípios recém-criado com a finalidade de viabilizar a implementação dos seus programas de natureza institucional, administrativa e financeira, bem como auxiliar na implantação das unidades físicas necessárias ao pleno desenvolvimento das suas ações de gestão.

Os Prefeitos desses 48 novos municípios estão desesperados aguardando a liberação desses recursos e a SEDU, Secretaria responsável por esse repasse se encontra em dificuldades para atender esses apelos.

REQUERIMENTO N° 1148

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Governador do Estado, com as seguintes matérias.

1 - Há muito, vem o Estado preenchendo vagas de Administrador Público com funcionários qualificados, mas sem o enquadramento legal nesta carreira.

Temos conhecimento que a grande maioria dos setores da saúde estão em situação funcional parecida.

2 - O mesmo fato vamos encontrar no sistema penitenciário, onde as funções de assistente social são realizadas por pessoas credenciadas tecnicamente, mas sem pertencerem aos quadros como tal.

Tal fato se repete em vários setores de nossa administração.

3 - Não há que se confundir pessoas qualificadas no exercício de função bu-

Curitiba, segunda, em 10.05.93

rocrática diversa. A verdade surge com pessoas "qualificadas", exercendo funções, qualificadas" mas enquadradas como funcionários administrativo sem remuneração "qualificada".

4 - Reenquadramento, a constituição proíbe, mas concurso interno para este efeito é uma saída que poderia ser perfeitamente utilizada na correção das distorções funcionais.

O artigo da Constituição Federal quando fala em funções e cargos assemelhados, teríamos uma saída técnica, s.m.j..

5 - Por estas razões, solicitamos que V.Excelência determine ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Administração, um rápido estudo sobre a matéria e confirme a este mandato, o que se pode fazer no Ministério.

Sala das Sessões, em 10.05.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 1150

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente, em caráter de urgência, em forma de Fax, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Doutor Itamar Franco, no sentido de mandar proceder estudos quanto a indicação da Juíza Suzana de Camargo Gomes, da 2.ª Vara da Justiça Federal do Mato Grosso do Sul, indicada encabeçando lista triplíce para preencher vaga no Tribunal Regional Federal da 3.ª Região (São Paulo).

Sala das Sessões, em 10.05.93.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Juíza Suzana de Camargo Gomes, membro de tradicional família paranaense, atualmente prestando serviços com sua inteligência na 2.ª Vara da Justiça Federal do Mato Grosso do Sul, foi indicada encabeçando lista triplíce para preencher vaga no Tribunal Regional Federal da 3.ª Região (São Paulo).

É da mais alta significação para todos os paranenses a inclusão, em lista triplíce, nome da Doutora Suzana de Camargo Gomes, por possuir ela, as qualidades marcantes de personalidade e competência orgulhando a todos os seus concidadãos, cabendo-nos reverenciar sua atuação no judiciário que no decorrer dos tempos, proporcionaram esta formação de tanto brilho que embasa o Poder Judiciário.

Desnecessário é destacar a importância desta solicitação ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, porque está presente e evidenciado no dia-a-dia da sociedade, entretanto, é necessário que exaltemos o trabalho do Poder Judiciário, lembrando a nobreza da sua atividade e a sua

indispensabilidade, pois é o poder sob o qual está a responsabilidade de ministrar a justiça. Realçando o valor e a capacidade da Doutora Suzana, temos certeza que a sua escolha realçará e engrandecerá o Poder Judiciário.

Por tudo isso, entendemos justa e oportuna a manifestação do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1151

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, pós ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Diretor Presidente da FUNDEPAR, Doutor Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando a liberação de recursos financeiros para a aquisição de um veículo, para transporte escolar, no Município de Rebouças.

Trata-se de justa reivindicação, devido a dificuldade que um grande número de alunos que estão matriculados nas escolas da rede oficial de ensino, enfrentam no percurso de ida e volta para a escola.

No aguardo de sua aquiescência, agradecemos.

Sala das Sessões, em 10.05.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1152

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Mário Pereira, solicitando a construção de abrigos em paradas de ônibus no seguinte percurso: Distrito de Silvianópolis, Fazenda São Jorge, Boa Esperança/9 e saída da cidade.

A solicitação em tela é de vital importância, considerando que é cada vez mais crescente o número de usuários do transporte coletivo nos dias de hoje, obrigados a ficar submetidos às intempéries climáticas.

No aguardo de sua aquiescência agradecemos.

Sala das Sessões, em 10.05.93.

(a) TOTI COLAÇO

Projetos de Leis:

PROJETO DE LEI N° 173/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a prestar aval, fiança, garantia ou

contra-garantia, até o valor de US\$ 2.000.000,00 (dois milhões de dólares americanos) ao Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, para que o referido órgão contraia empréstimo junto à Financiadora de Estudos e Projetos- FINEP, a fim de instalar o Laboratório Avançado de Tecnologia de Software.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.05.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição se faz necessária, para a contratação de empréstimos, por parte do TECPAR, de modo que este possa dar andamento a um programa conjunto com o Município de Curitiba e com a iniciativa privada, num campo cada vez mais importante, não só do ponto de vista da pesquisa tecnológica pura, mas também do aspecto pragmático, que será, certamente, uma consequência do desenvolvimento no campo da programação de informática e da sua utilização por diversos campos empresariais, seja o agrícola, o industrial ou o de prestação de serviços.

O desenvolvimento de tecnologia própria também fará com que tenhamos uma considerável economia com o pagamento de royalties.

Do exposto decorre a necessidade de aprovação da presente matéria, por esta Casa.

PROJETO DE LEI N° 174/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - Ourizona-Pr, com sede no município de Ourizona, e foro no Município de Mandaguáçu.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.05.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Ourizona, é uma Associação Civil constituída sem fins lucrativos.

Fundada no ano de 1983, tem como finalidade desenvolver ações que concorram para o atendimento simultâneo da criança, dentro de um conceito familiar, nas áreas de educação, saúde, nutrição, saneamento e aspectos legais, os quais interferem diretamente no seu crescimento e desenvolvimento.

Sendo assim, de relevante importância

a medida proposta, contamos com o apoioamento dos nobres Pares com assento nesta Casa.

PROJETO DE LEI N° 175/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a doar ao Município de Alvorada do Sul, a área de terra sob n° 02 (dois) da Quadra n° 17, (dezesete), medindo 15,00m (quinze metros) de frente, por 40,00m (quarenta metros) ditos de frente aos fundos, contando o mesmo com uma casa de alvenaria, situado em Alvorada do Sul/Pr, havidos por doação em pagamento, lavrada no Livro 437-N Fls. 248 de 25.07.1969, do 7° Ofício de Notas de Curitiba - número de transcrição 3.962, do livro 3-D do Cartório de Registro de Imóveis de Bela Vista do Paraíso.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.05.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Jardim de Infância Chapéuzinho Vermelho, localizada no Município de Alvorada do Sul, atende aproximadamente 300 (trezentas) crianças, distribuídas em seis turmas.

É entidade mantida pela Prefeitura Municipal que proporciona aos menores vindos de famílias carentes do município, embasamento de ensino e complementação do conteúdo educacional recebido no lar, além de estimular a socialização dos pequenos que ali estudam.

Por ser grande a quantidade de crianças ali atendidas, as seis turmas estão divididas em três turnos, pois não há salas de aula suficientes para abrigar a todos.

Ao lado do Jardim de Infância há um terreno em local e condições ideais à ampliação da instituição em mais duas salas de aula, o que viria solucionar o problema, dando condições, assim, de continuidade do valioso trabalho que ali vem sendo realizado, com dedicação pelos responsáveis pelas crianças, e que atualmente vem sendo prejudicado devido à falta de espaço.

PROJETO DE LEI N° 176/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Matinhos, o Imóvel de propriedade do Estado do Paraná, localizado na zona urbana daquela cidade,

com as seguintes características; - frente para a Avenida do Contorno, medindo 100,00 metros; para quem da Avenida do Contorno olha o imóvel na lateral direita mede 188,00 metros divisando com uma rua projetada; na lateral esquerda mede 188,00 metros divisando com a área n° 132-A; nos fundos mede 100,00 metros divisando com a área 132-A, perfazendo desta forma a área total de 18.800m².

Art. 2° - O imóvel, objeto da doação de que trata o artigo anterior, está sendo construído o Hospital Municipal de Matinhos.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.05.93

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O crescimento desenvolvimentista do Paraná, chega ao município de Matinhos. O crescimento populacional do Município está se fazendo sentir principalmente na área educacional, segurança e saúde, trazendo com isto algumas dificuldades aos municípios no setor de internamento hospitalar, justificando com grande ênfase a construção de seu Hospital Municipal, já que na rede privada também é carente.

Justifica-se plenamente a doação da área, objeto de nosso projeto de doação, por já estar na própria área de saúde.

O SR. PRESIDENTE - (Heinz Herwig) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 18/93, subscrito pelo Sr. Deputado José Alves, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 10 do corrente mês, em virtude de viagem à Maringá. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projetos de lei em n° de 03 (três), de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, contante do expediente. Necessita de apoioamento. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.ª DISCUSSÃO - da Proposição n° 026/92, de autoria dos Srs. Deputados Renato Adur e Durval Amaral, altera o inciso IX, do artigo 179, da Constituição Estadual, suprimindo-se a expressão "sem ônus para o orçamento da Educação". Com PARECER FAVO-

RÁVEL da Comissão Especial de Reforma à Constituição do Estado.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO,
SOBRE A PROPOSIÇÃO N° 026/92

Art. 1° - O inciso IX do Art. 179 da Constituição Estadual passa a ter a seguinte redação:

Art. 179 -

IX - Atendimento ao educando, no ensino pré-escolar, fundamental e de educação especial, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Art. 2° - A presente emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.92

(aa) RENATO ADUR e DURVAL AMARAL.

Apoiamento: Rossoni, Colombino Grassano, Nelson Garcia, Erondy Silvério, Oswaldo Trevisan, Cleiton Kielse, Ademar Traiano, Dobrandino da Silva, Alceu Swarowski, Costenaro Neto, Orlando Pessuti, Severino Félix, Algaci Túlio, Edson Silva Lino, José Tavares, Mário Bezerra, Nelson Justus, Eurides Moura, Élio Rusch, Toti Colaço e Dirceu Manfrinato.

JUSTIFICATIVA:

Considerações sobre a alteração da redação do Inciso IX do Artigo 179 da Constituição Estadual - JUSTIFICATIVA.

Considerando:

Que a Constituição do Estado do Paraná exclui do montante dos investimentos na manutenção e desenvolvimento do ensino os gastos efetuados com o atendimento do educando através dos programas de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

Que a redação do inciso IX do artigo 179 da Constituição do Estado do Paraná "restringe" o que preceitua a Constituição Federal no seu artigo 208, Inciso VII excluindo tais investimentos do Orçamento da Educação (entendido como 25% da receita resultante de impostos a serem aplicados pelos municípios - Art. 212, CF).

Que os programas de atendimento ao educando nos diversos níveis de ensino, previsto no art. 179, Inciso IX são essenciais ao acesso e permanência do aluno na escola.

Que a universalização do ensino fundamental prevista no art. 60 ADTC da C.E. efetivar-se-á realmente se for ofertado às populações carentes o material didático-escolar, a alimentação, a assistência à saúde e o transporte escolar, principalmente àqueles habitantes das zonas rurais e periferias urbanas.

Que os programas suplementares vêm sendo mantidos pelos cofres municipais, beneficiando grande parcela da população,

hoje matriculada em escolas estaduais e municipais frequentando o ensino fundamental de 1.ª a 8.ª série e ensino médio, que não pode prescindir desses serviços.

Que a oferta do transporte escolar em particular possibilita estender atendimento à maioria dos educandos, proporcionando-lhes maior acesso, garantindo-lhes a permanência na escola (conforme art. 208 da C.F.), tendo como decorrência a redução do analfabetismo além de expansão da oferta do ensino fundamental até a 8.ª série e a possibilidade da progressiva extensão da obrigatoriedade do ensino médio, pré-escolar e educação especial.

Que a oferta ao ensino fundamental e médio à população rural, que se torna viável pela oferta do transporte escolar, interfere na qualidade de vida, melhorando-a e propiciando a permanência do homem do campo, evitando assim o êxodo rural.

Que o transporte escolar apesar de representar mais um investimento na educação, representa acima de tudo a garantia do acesso e permanência de muitos alunos à escola.

Que a expressão "sem ônus para o orçamento da educação" tem provocado problemas nos Municípios quando do julgamento das contas municipais pelo Tribunal de Contas, que não tem aceito como despesa em educação os gastos com transporte, alimentação, etc.

Propomos a presente emenda à Constituição Estadual, que corrigirá a distorção e solicitamos o apoio aos nobres Pares para sua aprovação.

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA
DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL
PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL
PROPOSIÇÃO N° 026/92

P A R E C E R:

A Proposta de emenda supressiva à Constituição Estadual, de autoria do nobre Sr. Deputado Durval Amaral, possui o cunho de suprimir a expressão "sem ônus para o orçamento da educação", contida no inciso IX, do art. 179, da Magna Carta, abaixo exposto:

Art. 179 - O dever do Poder Público, dentro das atribuições que lhe forem conferidas, será cumprido mediante a garantia de:

IX - Atendimento ao educando, no sentido pré-escolar, fundamental, médio e de educação especial, através de programas suplementares e material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, sem ônus para o orçamento da educação;

A matéria é sujeita a disposições especiais, conforme mandamentos contidos no Título V, Capítulo I, artigos 192 a 199, do Egrégio Regimento Interno deste Poder

Legislativo.

Procedida à análise constitucional e regimental da Proposição, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa da matéria.

Nestas condições, esta Comissão Especial de Reforma da Constituição Estadual, dá seu parecer FAVORÁVEL à emenda, estando a mesma em perfeitas condições de merecer a apreciação do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.05.93.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente;

JÚLIO BIFON - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 026/92. Aprovado.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar)

- Sr. Presidente, Srs. Deputados. Só queria registrar a nossa posição e a posição correta do Deputado Renato Adur na retirada para um estudo mais aprofundado desse projeto. A princípio nós tínhamos uma avaliação de que deveríamos votar contra o projeto. Mas, analisando mais profundamente nós vimos também que há uma certa disparidade das necessidades de uma prefeitura, de um município de pequeno porte quanto a uma prefeitura de um município de grande porte. Nós vimos os municípios de pequeno porte do interior do Estado com uma reclamação justa de que a incluir-se aqueles itens da Constituição, nos 25% da educação, inviabiliza a própria prefeitura com obrigações que não estão corretamente enquadradas. Por outro lado se isto é aplicável em outros municípios de grande porte, facilitaria demais ou desobrigaria municípios de grande porte a fazerem um investimento mais real na educação. Nós entendemos correto e até já havíamos decidido encaminhar com o Deputado Renato Adur uma conversa no sentido de achar uma solução para esse projeto. Nós queremos votar favoravelmente e achamos correta a retirada por 5 sessões.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 026/92.

VOTAÇÃO EM:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 050/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que denomina Amaro Gomes Monteiro, o trecho da PR-369, que liga a sede do município de Barbosa Ferraz à PR-082. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁ-

VEL DA C.C.J.. Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
DO PROJETO DE LEI Nº 50/93

P A R E C E R:

A presente emenda substitutiva geral do Projeto de Lei nº 050/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, altera o art. 1º do referido plano de lei denominando de Rodovia AMARO GOMES MONTEIRO, o trecho rodoviário da PR-549, que liga a sede do município de Fênix, passando pelos municípios de Barbosa Ferraz e Corumbataí do Sul, até atingir a BR-487 no Estado do Paraná.

Da análise do referido projeto, em razão de não haver óbice algum de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 368/92, de autoria do Deputado Oswaldo Trevisan, que declara de Utilidade Pública a APAE de Pérola D'Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 113/93, de autoria do Deputado Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a "Associação Beneficente e Cultural dos Aposentados e Pensionistas de Marechal Cândido Rondon". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 126/93, de autoria do Deputado Oswaldo Trevisan, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Nova Fátima". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 142/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a "Associação Baden Powell de Curitiba". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 148/93, de autoria do Deputado Arlindo Troian, que declara de Utilidade Pública a "Associação das Senhoras da Vila Operária - ASVO", com sede na Cidade de Paranavaí, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

254/92, de autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública a "Associação das Senhoras de Rotarianos de Mamborê", com sede e foro no município de Mamborê. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Public. no D.A. n° 133 de 17.09.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 254/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 254/92, de autoria do Deputado Renato Adur, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE MAM-BORÊ", com sede e foro no município de Mamborê.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender aos preceitos da Lei n° 6.994, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 039/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, fica o Poder Executivo Estadual, autorizado a reduzir até 7% o ICMS, incidente na comercialização de pedra-brita e areia, utilizadas na construção de moradias populares no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J e C.F.. (Public. no D.A. n° 08 de 02.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 039/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 039/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, autoriza o Poder Executivo a reduzir até 7% o ICMS incidente sobre a comercialização de pedra brita e areia utilizadas na construção de moradias populares.

Sob os aspectos constitucional, legal e regimental, não existem óbices à normal tramitação da matéria. Sendo que opinamos pela sua aprovação.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 39/93

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Toti Colaço, o Projeto de Lei n° 39/93, ora sendo examinado por esta Comissão de Finanças, autoriza o Poder Executivo a reduzir até 7% (sete por cento) o ICMS, incidente na comercialização de Pedra-Brita e areia, utilizadas na construção de moradias populares no Estado do Paraná.

A iniciativa estaria eivada de vício,

por invadir as prerrogativas exclusivas do Sr. Governador do Estado, elencadas na Constituição Estadual, no entanto, ao se considerar o cunho meramente autorizatório do projeto, nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.04.93

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Renato Adur e Toti Colaço, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei n° 039/93.

Aprovado.

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei n° 039/93.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 131/93, de autoria do Deputado João Preis. Concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Jornalista Verdelirio Aparecido Barbosa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Public. no D.A. n° 35 de 20.04.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 131/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 131/93, de autoria do Deputado João Preis, tem por finalidade conceder o título de Cidadão Honorário do Paraná ao jornalista VERDELIRIO APARECIDO BARBOSA.

Da análise do referido projeto, em razão de não haver nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

Sobre a Mesa, Requerimento n° 1149, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1129, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1141, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1150, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1130, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César,

constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 1132, 1131 e 1147, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 1137, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 1139 e 1140, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 1142, 1143, 1144, 1145 e 1146, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 1154, de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 1148, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 1152, 1151 e 1153, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 1155 e 1156, de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 11, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n.ºs 011, 012 e 015/93.

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 050/93.

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 254/92 e 131/93.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 575/91, 325/92 e 122/93.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO ESPECIAL
3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos treze dias do mês de abril do ano de um mil, novecentos e noventa e três, reuniram-se os membros indicados pelas Lide-

ranças para comporem a Comissão Especial constituída para opinar sobre a Proposição n.º 26/92, de autoria do Deputado Durval Amaral, que visa alterar o inciso IX, do Art. 179, da Constituição Estadual, presidida na forma regimental pelo Deputado Djalma de Almeida César. Havendo número legal o Senhor Presidente instalou a Comissão, passando em seguida para a eleição de Presidente. Procedido o sufrágio, constatou-se maioria de votos no nome do Deputado Algaci Túlio. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Deputado Algaci Túlio, agradeceu a preferência de seus pares e indica como relator o Deputado Julio Bifon. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e demais membros.

(aa) ALGACI TULIO
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
JÚLIO BIFON
Severo Olímpio Sotto Maior
Secretário

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de maio do ano de um mil, novecentos e noventa e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão Especial instalada para dar parecer à Proposta de Emenda Constitucional do Deputado Durval Amaral, Proposição n.º 026/92, presidida pelo Senhor Deputado Algaci Túlio. Havendo número legal o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida ao Parecer apresentado pelo Deputado Júlio Bifon. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(a) ALGACI TULIO
Presidente
Severo Olímpio Sotto Maior
Secretário

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de maio do ano de um mil, novecentos e noventa e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a Presidência do Deputa-

do Namir Piacentini e contando com as presenças dos Deputados Heinz Herwig, Élio Lino Rusch e Arlindo Troian. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 226/91, de autoria do Deputado Cezar Silvestri. Relator: Deputado Élio Lino Rusch. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 75/93, de autoria do Deputado Valdir Rossoni. Relator: Deputado José Alves. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 371/92, de autoria do Deputado Cezar Silvestri. Relator: Deputado Heinz Herwig. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 014/93, de autoria do Deputado João Preis. Relator: Heinz Herwig. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 05) Projeto de Lei n° 030/93, de autoria do Poder Executivo. Relator: Deputado Luiz Henrique Bona Turra. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 06) Projeto de Lei n° 082/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho. Relator: Deputado José Alves. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 07) Projeto de Lei n° 086/93, de autoria do Deputado Toti Colaço. Relator: Deputado Luiz Henrique Bona Turra. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 08) Projeto de Lei n° 093/93, de autoria do Deputado Cezar Silvestri. 09) Projeto de Lei n° 115/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini. Relator: Deputado Heinz Herwig. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 10) Projeto de Lei n° 398/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator: Deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Richard Rüppel Sotomaior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada,

será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros.

(a) NAMIR PIACENTINI
Presidente
Richard Rüppel Sotomaior
Secretário

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 2.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 10 (dez) dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sob a Presidência do Deputado Severino Félix. Havendo número legal o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos, constando da Ordem do Dia o relato do Projeto de Lei n° 101/93, tendo como relator o Deputado Antonio Costenaro. Na sequência, o Senhor Presidente solicita ao Deputado relator que apresente o seu Parecer. Projeto de Lei n° 101/93. Parecer FAVORÁVEL a sua Aprovação com o substitutivo Geral. Colocado em discussão e posterior votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Rubens Bremer, Secretário da Comissão.

Sala das Comissões, em 10.05.93.

(a) SEVERINO FÉLIX
Presidente
Rubens Bremer
Secretário